

☆ continuação

Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais- R\$, exceto quando indicado de outra forma)

por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente. As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Até o momento, com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30) em relação ao reconhecimento da receita dos serviços, sejam eles de cais, armazenamento e transporte. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia não adotou antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações contábeis, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido. **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ciclo de melhorias anuais para as IFRSs 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; • IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. **4. Representação das Demonstrações Contábeis:** Em atendimento ao Ofício nº 089/2018/CVM/SEP/GEA-5 da CVM, a Companhia está rerepresentando as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e os saldos de abertura do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016. Para os arrendamentos das áreas portuárias vinculadas as concessões, a Companhia adotava a prática contábil, conforme o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, reconhecendo, os pagamentos como despesas de aluguel, no resultado ao longo do período contratual, de maneira linear. Conforme determinação da CVM a controladora indireta, bem como a Companhia, passam a reconhecer os contratos de arrendamentos de áreas portuárias como ativos intangíveis em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim "Obrigações com poder concedente". Além disso, a CVM determinou, também, a reclassificação das benfeitorias e dos equipamentos necessários à operação portuária, do ativo imobilizado para o ativo intangível. Apesar da determinação da CVM fazer referência tão somente ao contrato do Tecon Santos com a Controladora indireta, a Companhia, por ser parte do grupo, também passa a adotar essa nova prática para o seu contrato de arrendamento vinculado a concessão portuária. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras: **a) Balanço patrimonial:**

	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	7.993	-	7.993
Ativo não circulante	24.140	2.155	26.295
Ativo imobilizado	20.362	(12.767)	7.595
Ativo intangível	115	14.922	15.037
Outros	3.663	-	3.663
Total de ativos	32.133	2.155	34.288
Passivo circulante	6.279	955	7.234
Obrigações com poder concedente	-	955	955
Outros	6.279	-	6.279
Passivo não circulante	13.215	1.647	14.862
Passivo fiscal diferido	337	(231)	106
Obrigações com poder concedente	-	1.878	1.878
Outros	12.878	-	12.878
Total de passivos	19.494	2.602	22.096
Prejuízos acumulados	(77.560)	(447)	(78.007)
Outros	90.199	-	90.199
Total do patrimônio líquido	12.639	(447)	12.192
Total dos passivos e patrimônio líquido	32.133	2.155	34.288

	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	12.774	-	12.774
Ativo não circulante	14.539	1.371	15.910
Ativo imobilizado	12.881	(7.934)	4.947
Ativo intangível	78	9.305	9.383
Outros	1.580	-	1.580
Total de ativos	27.313	1.371	28.684
Passivo circulante	9.443	1.040	10.483
Obrigações com poder concedente	-	1.040	1.040
Outros	9.443	-	9.443
Passivo não circulante	5.885	666	6.551
Passivo fiscal diferido	390	(172)	218
Obrigações com poder concedente	-	838	838
Outros	5.495	-	5.495
Total de passivos	15.328	1.706	17.034
Prejuízos acumulados	(78.257)	(335)	(78.592)
Outros	90.242	-	90.242
Total do patrimônio líquido	11.985	(335)	11.650
Total dos passivos e patrimônio líquido	27.313	1.371	28.684

b) Demonstrações do resultado e resultado abrangente:

31 de dezembro de 2016

	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(61.380)	367	(61.013)
Despesas financeiras	(1.881)	(196)	(2.077)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(44)	(59)	(103)
Outros	62.608	-	62.608
Prejuízo líquido	(697)	112	(585)
Outros resultados abrangentes	18	-	18
Total do resultado abrangente	(679)	112	(567)

c) Demonstrações dos fluxos de caixa:

31 de dezembro de 2016

	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(653)	171	(482)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	8.042	784	8.826
Juros sobre obrigações com poder concedente	-	196	196
Outros	3.090	-	3.090
	10.479	1.151	11.630
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Outros	432	-	432
	10.911	1.151	12.062
Pagamentos obrigações com poder concedente	-	(1.151)	(1.151)
Outros ajustes para reconciliar o lucro	(6.586)	-	(6.586)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	4.325	-	4.325
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(497)	-	(497)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	(2.411)	-	(2.411)
	1.417	-	1.417

Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa Representado por

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	751	-	751
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.168	-	2.168
	1.417	-	1.417

5. Transações com Partes Relacionadas: a) Contas-correntes: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia tinha registrado em "Outros passivos" valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados. **31.12.2017 31.12.2016**

Passivo circulante:

Santos Brasil Participações S.A. **111 77**

b) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$150 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$92 em 31 de dezembro de 2016). **c) Benefícios a colaboradores:** A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2017, esses benefícios representaram a aplicação de R\$4.409 (R\$4.494 em 31 de dezembro de 2016), correspondentes a 5,46% e 7,35%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa:31.12.2017 31.12.2016

Caixa e saldo em bancos	252	2.168
Aplicações financeiras	24.936	-
Total	25.188	2.168

b) Natureza das aplicações financeiras:

	Taxas médias -			
	% CDI	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento (*)	99,35	Indeterminado	24.936	-
Total			24.936	-

(*) Fundo não exclusivo.

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2017 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **7. Contas a Receber de Clientes:**

31.12.2017 31.12.2016

Circulante:				
No País			10.217	8.942
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(807)	(1.396)
Total			9.410	7.546
O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:	31.12.2017	31.12.2016		
Créditos a vencer	5.468	6.140		
Créditos em atraso até 60 dias	3.153	1.253		
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	789	153		
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	222	404		
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	277	408		
Créditos em atraso há mais de 361 dias	308	584		
Total	10.217	8.942		

Redução por perda do valor recuperável: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias. Na comparação com 31 de dezembro de 2017, observa-se uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$589 (R\$1.132 em 31 de dezembro de 2016), principalmente relacionadas ao ajuste para um critério mais conservador de tais provisões de clientes anteriormente listados como sem risco de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$374 (R\$111 em 31 de dezembro de 2016). O efeito total no resultado

continua →